INFÂNCIAS DO CAMPO E COVID-19: REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS

Andrêssa Glaucyara Silva Ramos[1]
Fernanda de Lourdes Almeida Leal[2]

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao PPGEd/UFCG, financiada pela CAPES, caracterizando-se como uma pesquisa sobre e para crianças, que possui o objetivo geral de analisar os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças residentes em áreas rurais de um município do Sertão Paraibano, desenvolvendo-se através de um estudo de métodos mistos concomitantes (Creswell, 2010) e sendo do tipo estudo de caso (Prodanov; Freitas, 2013). Também, a pesquisa em andamento integra uma pesquisa em rede, intitulada "Do outro lado da margem: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia" (UFSCar-Capes, 2022)[3]. O recorte aqui apresentado evidencia algumas reflexões teóricas e legais relacionadas ao objeto de estudo. Nesse sentido, como resultados, observa-se que a palavra infância remete a um período específico da vida humana, vivenciado por cada criança de maneira distinta. Mesmo quando estão na mesma faixa etária, as crianças diferem, havendo diferenças inclusive quanto ao acesso aos direitos. As infâncias, diversas, são compostas por crianças afetadas por questões sociais e de modo desigual. Sarmento (2005) define a infância como uma categoria social do tipo geracional própria, entretanto, é também marcada pela heterogeneidade, a partir da existência de diferenças entre sujeitos da mesma geração, sendo então impossível haver uma concepção única da infância. Desta maneira, uma visão homogeneizadora das crianças não é capaz de contemplar suas especificidades e, quando pensamos em quais territórios estão vivenciando suas infâncias, evidencia-se particularidades vinculadas a estes, como no caso das crianças pertencentes a população rural, composta pelos povos do campo, das florestas e das águas, definida pela Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008 como "[...] agricultores familiares,

[1] Mestranda em Educação (PPGED-UFCG). Pedagoga (CFP-UFCG). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias, Educação Infantil e Contextos Plurais (GRÃO/UFCG-CNPq). E-mail: andressa.glaucy02@gmail.com
[2] Doutora em Ciências Sociais (PPGCS-UFCG). Psicóloga (UEPB). Unidade Acadêmica de Educação/Programa de Pós-graduação em Educação - UFCG. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias, Educação Infantil e Contextos Plurais (GRÃO/UFCG-CNPq). E-mail: fernandalealufcg@gmail.com
[3] Pesquisa em rede, composta por sete Programas de Pós-Graduação vinculados a UFSCar, UFCG, UESC, UFPR, UFPA, UFMT e PUC Goiás. Busca conhecer efeitos da pandemia nos grupos de crianças/infâncias, considerando diversidades e diferenças das cinco macrorregiões brasileiras

extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros" (Brasil, 2008), que possuem modos próprios de vida, marcadamente ligados à natureza. Em vista disso, olhar para as crianças do campo demanda um conhecimento sobre este lugar, sobre o campesinato brasileiro, sobre os sujeitos que o compõem e lhe dão vida. Conforme definição de Wanderley (2014, p. 26), de modo geral, o campesinato pode ser definido como "[...] uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros". Esta relação imediata entre o campesinato e a cooperação familiar é permeada pela terra, fonte de subsistência, de onde se tira o alimento, onde se tecem relações humanas e com a natureza, e onde a cultura e os modos de vida e de trabalho coletivo vão sendo partilhados entre as gerações. Entretanto, concentrada nas mãos de poucos desde o período da colonização, resultando em um acesso precário pelos camponeses de diferentes modos (Wanderley, 2014), os conflitos pela terra marcam a história do campesinato brasileiro. Embora a Constituição Federal de 1988 preconize a garantia do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade a todos os cidadãos brasileiros (Brasil, 1988), o acesso a tais direitos continua sendo um desafio para os sujeitos residentes nos territórios rurais, principalmente no que se refere ao direito à propriedade, cuja efetivação é fundamental para lhes garantir vida, liberdade, igualdade e segurança. Isto posto, é primordial ressaltar que a CF de 88 apresenta conquistas históricas para a população brasileira, defendendo os direitos dos/as brasileiros/as, mas que a efetivação destes ainda segue sendo um desafio para muitos grupos e, entre eles, a população campesina, composta também por crianças. Inseridas socialmente, estas são afetadas pelos fatos sociais em maior ou menor grau, sendo atravessadas pelos marcadores sociais da diferença. No Brasil, em um recente cenário de políticas sociais precarizadas pela adoção de políticas de austeridade seguido de um governo negacionista (2019-2022), a pandemia ocasionada pela Covid-19 acentuou as desigualdades sociais, impactando a vida também das crianças de diferentes modos. Silva *et al.* (2022), Melo *et al.* (2022), Matos *et al.* (2022) e Marques *et al.* (2022), ao realizarem a escuta de crianças residentes em diferentes locais, apontam que elas experienciaram a pandemia de modos diversos, enfrentando também desigualdades quanto ao acesso à educação. Território, tipo de moradia, pertencimento racial, gênero, configurações familiares e o tipo de instituição na qual estavam matriculadas delinearam suas experiências, que foram permeadas por angústias e medos, mas também por diferentes brincadeiras e interações. Considerando tais diversidades das infâncias e territórios, Santos e Saraiva (2020) relatam a situação de despejo de famílias no Quilombo Campo Grande,

do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), em Minas Gerais, refletindo sobre as infâncias de crianças quilombolas e a necropolítica, sobre o lugar das crianças Sem Terra durante a pandemia, mostrando o impacto das questões estruturais, políticas e econômicas na vida das crianças do campo, relatando também as particularidades da infância indígena Terena durante a crise sanitária e das infâncias na Amazônia, alertando para o impacto ainda maior da pandemia para elas, visto que esta somou-se a outros problemas que já as afetavam. As particularidades das infâncias em diferentes territórios e, mais especificamente, no campo, ficam evidentes na pesquisa realizada por Leal, Campos e Souza (2022), ao conversarem com crianças residentes em um assentamento localizado na zona rural do Cariri Paraibano, destacando as infâncias do campo vinculadas às características do lugar, apresentando modos próprios de vida, ligados à rotina da casa, as brincadeiras e a natureza, mas que também foram impactadas pela pandemia, principalmente no que se refere ao acesso ao ensino remoto emergencial. Os resultados levam a concluir que a pandemia alterou toda a estrutura social, afetando os modos de vida, relações e o comportamento das pessoas. Nesse contexto, as desigualdades sociais já existentes no país levaram alguns segmentos da população a enfrentarem a referida sob condições diferentes. Ante o exposto, pensar nas infâncias nos últimos anos demanda considerar a crise sanitária que atingiu todo o mundo, mas que impactou alguns grupos em maior grau. Os estudos evidenciam a importância de pesquisas que considerem os marcadores de geração e território, para que se compreenda as particularidades das infâncias em um momento de crise global, conhecendo as desigualdades que afetam os sujeitos, atravessando sua vida escolar e adentrando nas residências.

Palavras-chave: Campo. Diversidade. Desigualdades. Crise sanitária.

Financiamento: Projeto de Pesquisa “Do outro lado da margem: desafios e proposições no enfrentamento das desigualdades sociais das infâncias em pandemia”, financiada pela CAPES Edital 12/2021 - Seleção Emergencial IV - Impactos da Pandemia – Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias. Universidade Federal de São Carlos - PPGED/UFSCar Campus Sorocaba. Coordenador(a): Maria Walburga dos Santos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução Complementar CNE/CEB Nº 2, de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 06 maio 2024.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. De 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em: 20 jun. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LEAL, F de L. A.; CAMPOS, K. P. B.; SOUZA, R. G. P. de. VIVER A PANDEMIA NA ZONA RURAL DO CARIRI PARAIBANO: CONVERSAS COM CRIANÇAS. *In:* **O que as pesquisas com e sobre crianças podem nos dizer em tempos de crise?**. LEAL, F de L. A.; CAMPOS, K. P. B. (Orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2022, p. 95-118.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, S. E. dos; SARAIVA, M. R. O ano que não tem fim: as crianças e suas infâncias em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1177-1187, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/78765. Acesso em: 22 abr. 2023.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *In:* **Educação & Sociedade**, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005, p 361-378.

SILVA, I. de O. *et al.* (Orgs.). **Infância e pandemia**: escuta da experiência das crianças. Belo Horizonte: Incipit, 2022.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25–44, 2014. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/#ModalHowcite. Acesso em: 30 jan. 2024.